



## **CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU**

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

### **30ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2024**

### **“AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2024 COM O SECRETÁRIO DA FAZENDA JEFERSON PASSOS”**

#### **PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA: RICARDO VASCONCELOS – PSD**

**VEREADORES PRESENTES:** Ricardo Vasconcelos, Breno Garibalde, Sargento Byron, Sônia Meire, Professor Bittencourt e Vinícius Porto.

#### **PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD**

Sob a proteção de Deus e em nome do povo aracajuano, declaro aberta esta sessão em que vamos fazer uma audiência pública para a apresentação do último quadrimestre, avaliação do cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre, ainda de 2024. Estamos, aqui, recebendo o nosso secretário de Finanças do Município, o senhor Jeferson Passos. É um momento muito oportuno em que temos a oportunidade, secretário Jeferson, de verificar mais a fundo, esclarecer alguns pontos que muitas vezes nossa assessoria ou a gente mesmo ficou com alguma dúvida, no cumprimento, na aplicação de algum recurso. Então, todas as vezes que Vossa Excelência esteve aqui, nós aproveitamos o momento para, de forma muito urbana, de forma muito republicana, estabelecer esse diálogo, estabelecer essa troca de informação, com você e com toda a gestão do Prefeito Edvaldo Nogueira. Portanto, eu passo a palavra a Vossa Excelência para que possa começar a fazer a sua explanação e apresentar para a gente o cumprimento dessas metas.

#### **JEFERSON PASSOS – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA**

Muito obrigado, Presidente Ricardo Vasconcelos, a quem eu saúdo aqui. Saúdo também a todos que compõem a Mesa nesse momento. Trago também meu bom dia aos senhores vereadores presentes no Plenário, presentes nessa audiência pública, que é uma audiência de prestação de contas, como bem disse o nosso presidente. É uma audiência que se realiza a cada quadrimestre e que tem por objetivo central, objetivo primordial, avaliar o cumprimento das metas e dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Iremos apresentar, eu peço que passem o primeiro slide, por favor. Pode passar. Nós iremos apresentar, conforme fazemos, ordinariamente, informações acerca do comportamento da receita, do comportamento da despesa, da situação previdenciária, resultado nominal, resultado primário, em relação à evolução do programa de investimentos do município e os limites com pessoal, endividamento, aqueles limites que estão previstos na Lei de Responsabilidade e que precisam ser cumpridos e observados pelo ente público municipal. Agora, em 2024, até o mês de agosto, quando a gente compara o desempenho das receitas com o mesmo período do ano 2023, aqui a gente tem as informações acumuladas no período de 12 meses, de setembro de 23 a agosto de 24, comparando com setembro de 22 a agosto de 23. Utilizaremos também esse mesmo parâmetro de comparação para a despesa. A gente está tendo um crescimento da receita total, da ordem de R\$ 656 milhões. Ela saiu de R\$ 3,225 bilhões para R\$ 3,882 bilhões. Percentualmente falando, um crescimento de 20% e, quando abatemos a inflação, o efeito inflacionário, um crescimento real da ordem de 16%. Como os senhores podem ver, esse crescimento foi alavancado, principalmente, pelas receitas de capital, que cresceram, saíram de R\$ 125 milhões para R\$ 401 milhões, com um crescimento da ordem de 216%. Esse crescimento das receitas de capital são justamente os desembolsos das operações de crédito, destinados ao financiamento do programa de infraestrutura do município de Aracaju. Então, essa rubrica é a que mais impactou o crescimento das receitas totais. No entanto, o desempenho da Receita Corrente também tem sido satisfatório, apresentando um crescimento real da ordem de 8%, puxado por impostos, taxas e contribuições de melhorias, ou seja, os impostos que o próprio município arrecada cresceram 9,3%. As transferências correntes, FPM, ICMS, IPVA e também as transferências do SUS, Fundeb, cresceram 9,3%. A gente tem, apesar do bom desempenho, a gente tem um ponto de preocupação presente e futuro, que é o comportamento do ICMS, que irá apresentar um crescimento, na realidade, um decréscimo, em 2024. Nós encerraremos o ano com uma receita menor do que o ano de 2023, e isso foi compensado pelo crescimento do FPM, por isso a gente ainda conseguiu

esse resultado nas transferências. As receitas patrimoniais cresceram 53%, puxadas principalmente pelos rendimentos dos recursos, das aplicações financeiras da Previdência do município. Então, hoje, no mês de outubro, nós já temos, aproximadamente, R\$ 1,8 bilhão reservado para o pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores vinculados ao Fundo Previdenciário, ou seja, aqueles que assumiram no município de Aracaju depois de 2001, que é um fundo superavitário. E as receitas patrimoniais decorrentes dessas aplicações financeiras impactaram positivamente essa arrecadação e são vinculadas também à finalidade de assegurar o pagamento das aposentadorias e pensões. Essa imagem demonstra a distribuição, as transferências correntes correspondem a quase 46% da receita do município. Então, FPM, ICMS, IPVA, Fundeb, as transferências do SUS, aqui dentro, correspondem a 46%, aproximadamente, certo? 27% são impostos, taxas e contribuições de melhoria. As contribuições previdenciárias correspondem a 12% e as receitas de capital corresponderam, nesse exercício, nesse período, a 10,3%. Ou seja, as transferências de empréstimos, convênios, emendas destinadas ao programa de investimentos, 10,3%. Aqui está o comportamento do FPM, realmente um comportamento muito bom. Um crescimento acumulado da ordem de 29%, até o mês de agosto, e o FPM tem mantido, nesses últimos dois meses, esse crescimento, e a recuperação da atividade econômica no Brasil, com as medidas que o governo federal adotou também de recomposição da receita de impostos, principalmente o imposto de renda da pessoa jurídica tem contribuído para esse resultado satisfatório e também algumas transferências do exterior. Aqui, é só o gráfico que mostra essa curva. Em todos os meses, nós tivemos um desempenho melhor que o do ano passado. Já o ICMS, como eu falei, está apresentando, já em agosto, um resultado negativo, de menos 1,2%. Isso em valores nominais. Ou seja, em agosto, a gente já estava com um resultado de menos R\$ 2,7 milhões quando comparado com o acumulado até agosto de 2023. Esse desempenho ruim não está em linha com o desempenho do estado. O estado tem tido crescimento da receita do ICMS da ordem de 14% ao ano. Ele é ruim porque houve alteração na forma de apuração do valor adicionado, e nessa alteração, promovida inicialmente por uma alteração legislativa, depois, implementada por decretos do próprio governo estadual e portarias da Secretaria de Fazenda do Estado, Aracaju perdeu receita. Então, na execução orçamentária, na previsão orçamentária para 2024 nós teremos uma frustração de aproximadamente R\$ 50 milhões do ICMS, em função dessa alteração. Isso, inclusive, é motivo de discussão judicial. Hoje existe uma ação, na qual o município de

Aracaju questiona a alteração desses parâmetros. Aqui, mostra o comportamento errático, na maior parte dos meses a gente tem um desempenho pior, dois meses tão somente a gente teve um desempenho melhor. Do lado da despesa, e aí eu lembro que a receita cresceu descontada a inflação de 16%, a despesa está crescendo ali 12,5%, então, a despesa está sob controle, em linha com o crescimento da receita. A nossa despesa que mais cresceu também foi a despesa de capital. Ela saiu de R\$ 386 milhões, em 2023, no período de 12 meses que a gente está comparando, para R\$ 556 milhões. Ela cresceu 39,7%, quase 40%, a despesa de capital, investimentos cresceram 43.2% e amortização da dívida 2.9%, já descontada a inflação. Em relação às despesas correntes, um crescimento de 8.4%, com destaque para juros e encargos da dívida. Agora, a gente está pagando a dívida que deixou de ser paga durante o período da pandemia. Por isso esse crescimento, já nessa rubrica, e outras despesas correntes que são despesas de custeio do próprio município, mas a despesa está equilibrada com o comportamento da receita, lembrando que, inclusive, não é adequado você gastar tudo que você arrecadou. Na realidade, não é nem possível, porque parte da nossa receita vai para a poupança, que é a Previdência do servidor. Então, tem uma parte que financia o déficit financeiro também e que não é computado na despesa, porque é mera transferência financeira. Portanto, a gente precisa sempre ter despesas menores que as receitas. Não dá para igualar. Esse quadro é extremamente relevante, pois mostra a composição das despesas. Hoje, nós temos despesas de pessoal da ordem de 48,2%, o custeio 35%, investimentos e inversões financeiras 14,8%. Esse dado é extremamente relevante porque mostra, ao longo do tempo, como Aracaju se comportou em relação a sua capacidade de prover os investimentos, prover a infraestrutura, de fomentar o desenvolvimento econômico que a cidade precisa. Em 2017, aquele percentual de 14.8% foi 0,17%. Então, ele foi crescendo ao longo do tempo, nós batemos o recorde histórico do município, ano passado, com 12.4% e poderemos alcançar, até dezembro, algo em torno de 15% que, talvez, esteja entre os 5 maiores percentuais de investimento entre os municípios e estados brasileiros em 2024. Aqui tem um quadro que demonstra a questão da situação previdenciária. Então, tivemos aí um crescimento das receitas previdenciárias da ordem de 20%, sendo que contribuição do servidor civil, do servidor estatutário caiu 0,3% e já era previsível que ela caísse porque as pessoas estão se aposentando. Quando se aposentam, deixam de contribuir sobre aquela parcela que incide até o teto do Regime Geral de Previdência. Então, a gente tem menos servidores vinculados ao Fundo Financeiro, que é o fundo deficitário. A contribuição patronal aumentou 6,3% e aquele

crescimento de outras receitas se deve a rendimentos financeiros das aplicações financeiras, do Instituto de Previdência, que cresceram 306% no período. Fruto da gestão, do cuidado, da cautela, na aplicação dos recursos desse R\$ 1,8 bilhão que existe hoje reservado para o pagamento de provisões e aposentadorias futuras. Do lado das despesas previdenciárias, as despesas com aposentadorias e pensões cresceram 16%. O resultado previdenciário, em função dos aportes realizados, é positivo. Portanto, na realidade, você tem déficit, mas o município tem bancado essa diferença. Então, o aporte é para o Fundo Financeiro, ele cresceu 12% também. Logo, com receitas maiores, principalmente as receitas vindas das aplicações financeiras, o resultado previdenciário também acaba sendo substancialmente melhor. E as despesas da administração do regime próprio, as despesas do Aracaju Previdência caíram 25% no período. São gráficos que mostram. O crescimento da receita no período é substancialmente maior que o crescimento das despesas totais, por isso resultado previdenciário positivo. Segregando, aqui, a informação do plano financeiro, nós tivemos a arrecadação do Poder Legislativo, ela reduzindo de R\$ 7,1 milhões para R\$ 3,1 milhões; do Poder Executivo caindo de R\$ 299 milhões para R\$ 298 milhões, fruto do ritmo de aposentadoria dos servidores. Então, a Câmara teve um *boom* de aposentadorias bastante significativo, o volume de benefícios pagos também aumentando, tanto no Legislativo quanto no Executivo. Então, o déficit financeiro também nos dois poderes aumentando, do Legislativo saindo de R\$ 17 para R\$ 21,6; do Executivo de R\$ 48,1 para R\$ 63,3, totalizando próximo de R\$ 85 milhões. Só o gráfico e o comportamento, ao longo dos anos, o déficit bastante significativo no primeiro momento, quando criamos aquela contribuição patronal extraordinária ali, reduzimos ele para R\$ 22 milhões e, com a calibragem das alíquotas, em função dos resultados atuariais, temos mantido esse déficit, em 2024, próximo a R\$ 64 milhões. Lembrando que, efetivamente, o Executivo vem desembolsando, além da cobertura do déficit, o valor equivalente à contribuição patronal extraordinária, que é adicional à contribuição patronal de 22%, que já é feita ordinariamente. Aqui, a gente já entra nas demonstrações relativas à Lei de Responsabilidade e o Relatório de Gestão, no tocante aos resultados primários e nominais, que demonstram a evolução do comportamento, na comparação entre receitas e despesas e também em relação ao endividamento. O resultado nominal do município, até o segundo quadrimestre, o resultado primário é negativo, da ordem de R\$ 113 milhões, porque, se vocês olharem naquela linha “operações de crédito”, eu tive ali um aumento de R\$ 98,6 milhões para R\$ 283 milhões. Então, as receitas que

entraram no município, relativas a operações de crédito, têm de ser abatidas para efeito do cálculo do resultado primário das receitas totais do município. Logo, isso impacta esse resultado. No entanto, é o resultado que está justamente previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias. A LDO previa um resultado de R\$ 114 milhões de primário negativo e nós estamos ali com R\$ 113,5 milhões. Então, está em linha com o previsto nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e com a execução orçamentária do município. O resultado nominal, que demonstra a variação do endividamento do município, sob a ótica das disponibilidades de caixa. A dívida consolidada saiu de R\$ 739 milhões para R\$ 1,11 bilhão. Lembrando que o limite de endividamento do município, de 120% da receita corrente líquida, essa dívida poderia chegar a R\$ 3,6 bilhões, aproximadamente, então, ela está muito abaixo, ela está em torno de 26% do permitido. A gente vai ter o percentual ao final ali informado, e a disponibilidade de caixa, da dívida consolidada líquida, ou seja, a dívida consolidada bruta, deduzidas as disponibilidades de caixa do município, que hoje estão na ordem de R\$ 400... de R\$ 524 milhões, disponibilidade de caixa bruta, nós temos uma dívida consolidada líquida, da ordem de R\$ 617 milhões. O resultado nominal de menos R\$ 211, ou seja, essa dívida fiscal líquida aumentou de R\$ 406 para R\$ 617, e a meta prevista era de que a gente aumentasse até R\$ 415 milhões, então, também está dentro da meta estabelecida na LDO. Aqui é só um quadro que demonstra a evolução das informações anteriores. Em relação aos percentuais de despesas com o pessoal, o município se encontra dentro de todos os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Poder Executivo com 46,96%, o Poder Legislativo com 2,18% e um comprometimento total de 49,14%. Em relação aos demais indicadores, a gente já citou aqui das despesas com pessoal, a dívida consolidada líquida está com 22,45%, podendo chegar até 120%. Garantia de valores, não tivemos nenhum tipo de garantia acionada. Operações de crédito interna e externa, o desembolso máximo possível no ano é da ordem de 16% e, até agosto, nós tivemos 10,23%, também dentro do limite da Lei de Responsabilidade, e não fizemos nenhum tipo de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária. E, para finalizar, esse quadro mostra, justamente, a aplicação dos recursos no programa de investimento. Saímos ali, em 2017, de R\$ 11,8 milhões, passamos 2018 R\$ 58 milhões. 2019, R\$ 95 milhões. 2020, Cento e... Bom. 2023, R\$ 332 milhões, salvo engano, está ali, e ali, isso tudo, despesa efetivamente realizada, liquidada, e a projeção pela despesa empenhada para 2024 é da ordem de R\$ 572 milhões. Eu acredito que a gente deva fechar perto dos R\$ 550 milhões. Nós já ultrapassamos, agora, em outubro, R\$ 520 milhões de investimentos realizados e esse

realmente é um resultado histórico, jamais alcançado no município de Aracaju, mesmo quando parte substancial dos recursos de investimentos feitos pelo governo do estado, com a venda da Energipe, no passado, mesmo naquele período, quando nós trazemos a valor presente, a gente não teve esse resultado. E, do ponto de vista desse programa de investimentos, da continuidade desse programa de investimentos, o potencial daquilo que já está contratado e disponibilizado, com recursos assegurados para realização, permite repetir, em 2025, esse desempenho, agora, de 2024. Acho que a gente finaliza aqui. Essas são as informações que eu trago aos senhores vereadores, senhora vereadora, acerca da situação fiscal, acerca dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal, referentes ao município de Aracaju. Muito obrigado e me coloco à disposição para responder os questionamentos.

#### **PRESIDENTE EM EXERCÍCIO BRENO GARIBALDE – REDE**

Obrigado, Jeferson. Obrigado pelas explanações. Obrigado pela gentileza, pela parceria de estar sempre aqui, vir à Câmara, trazer os esclarecimentos que a população que está nos assistindo precisa e merece. Queria abrir para os vereadores. Vamos ver quem está inscrito na primeira rodada. Quem puder levantar o microfone, a gente já vai passando. Professor Bittencourt, fique à vontade.

#### **PROFESSOR BITTENCOURT – PDT – INTERPELANDO**

Muito obrigado, Breno. Eu serei muito breve. Primeiro, Jeferson, parabéns pela apresentação, parabéns pelo conjunto da obra, esse ciclo que se encerra agora, no dia 31 de dezembro, acho que os dados que você coloca aqui são de um salto impressionante, tendo em perspectiva a prefeitura que recebemos em janeiro de 2017. Portanto, é um salto extraordinário, é um case de sucesso na gestão da administração pública sobre os mais diversos aspectos, em especial, no que diz respeito à pasta do senhor. E, nesse encerramento de ciclo, eu não tenho dúvida de que muitas discussões públicas serão em torno de que prefeitura a próxima prefeita, a Vereadora Emília Corrêa, receberá das mãos do Prefeito Edvaldo Nogueira. Qual a sua condição, como é que está a sua saúde, porque, às vezes, esses temas, não estou dizendo aqui que será uma ação do Executivo, mas, às vezes, alguns setores da imprensa, às vezes, as torcidas politizam e constroem algumas narrativas que justificam, digamos assim, ações futuras de qualquer administração. Portanto, eu queria que o senhor, do seu modo sempre didático, muito lúcido e transparente, dissesse que prefeitura é essa? Essa prefeitura é parecida com a prefeitura que Edvaldo recebeu em 2017? Que salto deu? O que é que se pode esperar, a

próxima gestora da cidade de Aracaju, no que diz respeito ao saneamento financeiro, econômico, como é que está a prefeitura estruturalmente para dar conta do desafio que é gerir e prover os serviços de uma cidade tão complexa como a cidade de Aracaju? Portanto, eu queria, se o senhor puder fazer isso. Por que é que eu digo isso? Porque eu sou da política e sei que esse será, de alguma forma, um tom de discursos políticos que se sucederão a partir do dia 1º de janeiro quando a nova administração já estará completamente a par e gerindo os destinos da nossa cidade. Portanto, eu queria que o senhor dissesse aqui que prefeitura é essa que haverá de ser entregue à futura prefeita da cidade de Aracaju. Muito obrigado.

### **JEFERSON PASSOS – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDO**

Bom, Vereador Bittencourt, a quem eu saúdo e também parablenizo pelo excelente trabalho como parlamentar, que exerceu nessa legislatura, nosso líder do governo. Para falar um pouco como a próxima gestão vai encontrar a prefeitura de Aracaju, o município de Aracaju, eu vou fazer aqui uma comparação rápida e muito breve com o que nós encontramos em 2017. Nós encontramos, em 2017, servidores do município com duas folhas salariais atrasadas, mês de dezembro e décimo terceiro salário, e mais de 9 mil processos, referentes à concessão de direitos estatutários, progressões, promoções, titulações, represadas. Nós vamos entregar essa prefeitura com todo aquele passivo de promoções, de direitos assegurados, honrados, pagos e vamos entregar com os salários em dia, sem nenhum tipo de atraso naquilo que é devido ao servidor. Nós encontramos a prefeitura, em 2017, com, em média, cinco meses de atraso de pagamento aos fornecedores do município, no geral. E com fornecedores trabalhando mediante ordem judicial, sem receber até 15 meses, como era o caso das empresas que atendiam a Emsurb, no tocante à coleta e destinação final de resíduos sólidos. Só na Emsurb nós tivemos aproximadamente R\$ 100 milhões dos R\$ 540 milhões que a gente encontrou de dívidas de curto prazo, em 2017, sem qualquer cobertura financeira. Somente na Emsurb algo em torno de R\$ 100 milhões. Então, nós pagamos esses R\$ 540 milhões que o município devia em 2017, pagamos os R\$ 100 milhões que devia às empresas que prestaram serviço à Emsurb e vamos entregar, quem chegar, a prefeita eleita vai encontrar os nossos fornecedores recebendo regularmente, em dia, todos os nossos contratos sendo honrados, assim como foram honrados, sempre por essa gestão, tanto na sua primeira metade, de 2017 a 2020, como nesse último período, de 2021 a 2024. Então, salários em dias, pagamento de fornecedores em dia. Nós encontramos a



prefeitura devendo impostos à Receita Federal, PIS, COFINS, contribuições ao Regime Geral da Previdência Social, devendo contribuições ao Regime Próprio do Município. O próprio Executivo deixando de recolher para a aposentadoria do servidor. Nós regularizamos todos os passivos que encontramos em 2017, referentes a parcelamentos que não tinham sido honrados e referentes às contribuições que deixaram de ser vertidas. Então, vamos encontrar uma prefeitura que, em 2017, não tinha uma certidão negativa, com todas as certidões em dia. Portanto, a gente, hoje, tem o Certificado de Regularidade Previdenciária do Instituto de Previdência de Aracaju, fornecido pelo Ministério da Previdência. A gente tem a Certidão Negativa de Débito de tributos federais. A gente tem o CAUC, o Cadastro Único de Transferências regular. Até por isso, conseguimos acessar esse volume de recursos, por meio da operação de crédito e de transferências. Então, nós vamos encontrar a prefeitura em condições, porque ela está regular perante todos e quaisquer órgãos de controle. Precisar de qualquer tipo de certidão da Prefeitura de Aracaju, você tem hoje. Os compromissos, junto aos órgãos tributários, de controle, fiscalização, vêm sendo honrados e estão todos em dia. Então, nós vamos encontrar uma prefeitura que não tinha capacidade de investimento nenhuma. Eu mostrei aqui, em 2018, foi investido 0,17, 17, 18% da despesa total. Um valor irrisório. R\$ 11,8 milhões, em 2017. A prefeitura não tinha capacidade, não tinha capacidade de pagar salários em dia, não tinha capacidade de honrar seus compromissos tributários e previdenciários em dia, não tinha capacidade de pagar os seus fornecedores em dia, muito menos capacidade de investir em obra de infraestrutura, ou seja, era investimento zero, naquele momento. E a prefeitura que vai ser entregue em 1º de janeiro é uma prefeitura que em 2024 vai ter realizado, aproximadamente, 15% da sua despesa em investimentos, em obras de infraestrutura que transformam e que elevam o padrão de qualidade de vida, o padrão de desenvolvimento da nossa cidade. Colocam-na em uma situação de competitividade com qualquer outra cidade do país, na atração de investimentos e a colocam, com orgulho, em condição de receber, de acolher qualquer pessoa, qualquer aracajuano que aqui tenha nascido, qualquer pessoa que venha de fora aqui morar, com qualidade. Ela vai ser uma cidade que vai ser entregue com o reconhecimento externo de órgãos como o Tesouro Nacional, com a CAPAG, a nota da CAPAG em A+. Meia dúzia de capitais brasileiras tem essa avaliação, com nota A no índice de gestão fiscal e eficiência da aplicação dos recursos. Com reconhecimento de organismos como o BID que pegou os impactos do nosso programa de modernização administrativa e fiscal, o PNAFM, na sociedade e transformou como um case que hoje é

veiculado por toda a América Latina. Então, as obras que resultaram desse nosso processo de organização das finanças, de captação de recursos, são exemplo que o BID utiliza em toda América Latina. A obra do Japãozinho é a obra, digamos assim, é o cartão postal desse case para mostrar como Aracaju se desenvolveu, evoluiu, cresceu, organizou-se e é a cidade que é hoje reconhecida por todos, por aqueles que nos visitam, por turistas, todos aqui que a veem como uma cidade de qualidade de vida. É uma cidade que perdeu seu posto de cidade de qualidade de vida, no período de 2013 a 2016, e recuperou essa posição mais recentemente. É uma cidade que tem avaliações extremamente positivas e índice FIRJAN de gestão fiscal, em índice de competitividade. É uma cidade que tem hoje o menor tempo de abertura das empresas entre as capitais brasileiras, o segundo melhor, entre os municípios brasileiros, que tem um ambiente para a realização do negócio de atração de investimentos entre os melhores do país. Então, é uma cidade que, além de ter crescido na geração de emprego, tem crescido acima da média. Hoje, ela responde a quase 60% dos empregos, da geração de empregos formais no Estado de Sergipe. Portanto, é uma cidade que melhorou em todos os indicadores, é uma cidade que vai apresentar ainda, pelos próximos 2 anos, mediante essas métricas, resultados, frutos do que foi feito até agora, 2024. Eu não tenho dúvida, por exemplo, de que os resultados da educação, e ontem vocês receberam aqui o secretário, Ricardo Abreu, quando o IDEB for divulgado, o próximo IDEB for divulgado, a gente vai dar um salto, vai ser divulgado lá na frente e a gente vai ter um conjunto de indicadores que serão divulgados lá na frente, mas serão os frutos do trabalho. Então, a cidade que a próxima gestão irá receber é totalmente diferente daquela que nós recebemos em 2017. Além de ela ter melhorado muito, ela está preparada pelos investimentos feitos em modernização. Tem uma parte que não aparece, o investimento em tecnologia, o investimento em infraestrutura que foi feito, os nossos *data centers* que estão instalados na sede da prefeitura e na Emurb, eles dão condições, toda essa infraestrutura, de você dar saltos muito maiores ainda. Portanto, além de você receber uma prefeitura saneada, organizada, reconhecida nacional e internacionalmente, por entidades públicas e privadas, como um município que tem qualidade de gestão, que tem resultados a serem copiados, a serem, tem lições a ensinar para o resto do Brasil; a cidade que será entregue será entregue ainda preparada, com infraestrutura, com processos modernos, com tecnologia para dar saltos muito maiores e continuar crescendo e melhorando a qualidade de vida do nosso cidadão.

**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO BRENO GARIBALDE – REDE**

Obrigado, Jeferson. Professora Sônia Meire. Gente, eu não estipulei tempo aqui de perguntas e respostas, mas vamos tentar ser mais objetivos, porque, se muitos quiserem falar, talvez, a gente se alongue muito pela audiência. Muito obrigado. Professora Sônia.

**PROFESSORA SÔNIA MEIRE – PSOL – INTERPELANDO**

Obrigada. Primeiro, acho importante a presença do secretário de Finanças na Câmara. Sempre que vem, a gente... é muito importante, porque nós podemos não só observar mas também tirar dúvidas, fazer perguntas. Eu vou me posicionar em termos de quatro assuntos, bem rapidamente. Vou tentar ser o mais objetiva possível. Primeiro, aquilo que eu sempre trago, a questão da Previdência, do Regime Geral da Previdência, as dificuldades, onde nós não conseguimos avançar. O relatório mostra os servidores mais antigos, que não estão vinculados ao novo regime da Previdência, a gente não conseguiu avançar nessa gestão para criar mecanismos. Nós conversamos sobre isso na última vez. Então, na verdade, aqui é mais uma constatação e eu penso que a gente tem de continuar lutando para que a gente possa chegar a um ponto de superar o negativo da Previdência dos servidores que não entraram no Regime Próprio da Previdência atualizado, depois da capitalização. O segundo é uma dúvida sobre a amortização da dívida ativa e os juros, encargos da dívida. Na verdade, eu entendi que há um pagamento maior, de fato, 39% de juros e encargos da dívida, mas isso não consegue amortecer a dívida ativa que está em 23,8% negativo. Queria que o senhor explicasse melhor essa relação para a gente poder ver como é que nós vamos lidar com isso agora, no próximo período, com os investimentos que são necessários e a amortização da dívida. O terceiro é em relação à dívida ativa para com a Prefeitura Municipal. Eu gostaria de saber que medidas a prefeitura adotou, que providências ela adotou, principalmente em relação, aqui eu vou colocar dois elementos importantes, um é que há uma dívida alta das empresas de transporte. Que medidas foram adotadas? O senhor sabe que o transporte público é um grande problema para a cidade de Aracaju. Nós continuamos com as empresas rodando com sérios, com gravíssimos problemas. Ontem mesmo eu recebi uma imagem de um ônibus que novamente começou a pegar fogo e nós sabemos que as empresas não vêm cumprindo as suas obrigações. E isso tem impacto também financeiro, inclusive nós subsidiamos o transporte. Quais são as medidas adotadas diante toda essa situação que a gente está vivendo? Inclusive o

questionamento que nós fizemos sobre o próprio processo de licitação, com as exigências muito baixas e que está também agora sob novas interpretações e algumas decisões. Então, eu gostaria de saber as medidas adotadas a respeito da dívida ativa dessas empresas, como também da empresa de saneamento básico, a Deso, dentre outras, mas essas principais, porque, pelo acúmulo, as maiores dívidas estão aí. O segundo, o quarto e último é a respeito da aplicação abaixo daquilo que poderia ser, tanto para a saúde quanto para a educação. No caso específico da educação, nós sabemos que foi recebido um recurso que, inclusive, não limitava a aplicação ao mínimo dos 25%, por conta do período da pandemia. E, nos anos de 2022 e 2023, principalmente no ano de 2022, não houve a complementação do MDE ao exercício financeiro para poder ser aplicado na educação. Como o senhor explica isso diante, a gente sabe que as escolas foram construídas, foram ampliadas agora, estão sendo ampliadas; fruto desse investimento que foi feito do governo federal, desse recurso do MDE, para que pudesse ter essa folga e construir lá, por conta da pandemia, que os próximos anos, os anos seguintes, poderiam ser aplicados. Eu tive essa conversa com o secretário e sei que foi possível ampliar e fazer algumas alterações significativas na educação, de equipamentos e tudo, inclusive o projeto que ele apresentou, ontem, novamente aqui, do Escola Tech, com esses recursos. Mas por que a gente não conseguiu aplicar os recursos dentro daquilo que foi proposto, que foi liberado pelo MDE? Diante, inclusive, da necessidade de aumento de vagas, da necessidade de melhoria das condições de infraestrutura das escolas. Isso não é uma... Nós observamos como uma falha no processo também de gestão dos recursos públicos, quando você não consegue aplicar na totalidade aquilo que foi liberado e que tem recurso em caixa. Portanto, eu gostaria que o senhor explicasse esses questionamentos, para que a gente possa analisar também a própria Lei Orçamentária do ano que vem, que vai ser passada aqui ainda, até o início de dezembro, para o nosso debate. Muito obrigada.

#### **JEFERSON PASSOS – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA**

Bom, vamos lá. Primeiro, Previdência. Efetivamente, o Município de Aracaju hoje conta com dois regimes de previdência. Desculpe, com dois fundos de previdência dentro do regime próprio. O Fundo Financeiro, que é um fundo deficitário, que são aqueles servidores que foram demitidos até o ano de 2000, e o Fundo Previdenciário, que é um fundo superavitário, que tem hoje R\$ 1,8 bilhão. Ele é equilibrado tanto do ponto de vista financeiro como do ponto de vista atuarial. Para o futuro, ele indica que o

percentual de contribuição, que é aplicado hoje para esse Fundo Previdenciário, tanto do ponto de vista do servidor quanto do ponto de vista da patronal, é suficiente para manter o pagamento futuro das aposentadorias e pensões. Já o Fundo Financeiro... ele é deficitário financeiramente hoje e deficitário também atuarialmente, ou seja, ele não tem perspectiva, mantidas as regras atuais de financiamento, de você ter uma situação de equilíbrio em um curto prazo. Essa situação de equilíbrio só viria daqui a 50 anos, quando a gente não tivesse mais pagamento de aposentadorias e pensões, porque o município teria de continuar honrando com esse pagamento, com a cobertura do déficit pelos próximos 50 anos. Qual é o X da questão? Efetivamente, sem fazer qualquer tipo de alteração na forma de financiamento desse fundo, na estrutura do fundo, você não tem como trazê-lo para uma situação de equilíbrio. Você não tem fonte de receita nova que possa sustentar uma situação de equilíbrio. Você poderia dizer: “Ah, vou incorporar patrimônio para gerar receita.” O patrimônio do município não teria esse condão. Você não tem, você precisaria discutir, e lembrando que o Município de Aracaju optou em não aumentar a contribuição, alíquota previdenciária de 11% para 14%, isso está sendo discutido judicialmente. O STF, inclusive, está discutindo se é compulsório, não é compulsório, se vai poder ter liberdade de fixar. Então, essa é uma situação que, realmente, eu diria que, sem uma alteração legislativa, não será possível encontrar um mecanismo de equacionamento e, talvez, essa solução passe, justamente, por um estudo que venha a tornar a Previdência, os Fundos de Previdência, um fundo único para atender a todos, mas isso é uma coisa que, para ser implementada, em minha opinião, eu preciso ter uma convicção, uma certeza de como o ordenamento jurídico nacional, como o STF vai se pronunciar em relação àquilo que será obrigatório ou facultativo pelos entes federados. Hoje, o município de Aracaju litiga em juízo para não aplicar a alíquota de 14%. Existe uma ação judicial e o Prefeito Edvaldo Nogueira não encaminhou para essa Casa uma proposta de aumento, porque ele optou, politicamente, em questionar a obrigatoriedade de aplicação dessa alíquota, que teria impacto nas receitas do Fundo Financeiro e ainda assim não seria suficiente para equacionar o déficit. Em relação à questão da amortização da dívida do município, o crescimento do valor da amortização agora, nesse período, deveu-se porque, no período da pandemia, por força de lei complementar, o pagamento dessa dívida deixou de ser feito. Então, eu estou pagando agora valores que eu teria de ter pagado em 2020 e 2021. Portanto, esse é o crescimento. E, assim, essa parte dali é tão somente juros e encargos, não é da amortização. Eu tenho outra rubrica na qual eu tenho a amortização. Então, aqui eu estou falando despesa... É,

juros e encargos, não é a amortização. É o principal... É, é do principal. Por isso, quando a gente paga uma prestação em um banco, um financiamento imobiliário, eu tenho lá, eu estou pagando uma prestação de R\$ 2000, aí eu tenho lá R\$ 1200 juros, R\$ 800 amortização. Então, R\$ 1200 é despesa, são juros que eu paguei porque eu peguei o dinheiro emprestado, R\$ 800 eu abato do principal. Aquela rubrica que a gente colocou ali com juros e amortização é despesa que não deduz da dívida. A nossa dívida... É, ela permanece. A nossa dívida, inclusive, está aumentando, nesse momento, pela decisão de ampliar o nosso programa de investimentos. O que é importante dizer é que essa decisão, onde esses recursos estão sendo aplicados nesse momento, é uma decisão extremamente acertada, porque o que a gente gera de crescimento econômico e gera de receita tributária para a cidade é substancialmente maior que o que a gente gera de despesa desse financiamento. Vou dar um exemplo claro aqui em relação, por exemplo, a Perimetral Oeste, na Zona Norte. A valorização dos imóveis, a instalação dos comércios, o surgimento de empregos, investimentos com a construção de condomínios, tudo isso, e a própria receita da execução do empreendimento, já gera um retorno, do ponto de vista da receita tributária, que é maior que o investimento que é feito, dos encargos que são pagos ao longo dos anos. Se você faz investimentos que só geram despesa, você endivida e não consegue, no futuro, pagar. Então, eu tenho determinados investimentos, principalmente investimentos que geram muita despesa de pessoal na sequência, eles são mais arriscados, mas eles são, muitas vezes, extremamente necessários. Então, por exemplo, quando a gente fala do programa de investimentos da educação, os mais de R\$ 100 milhões que nós estamos investindo só na reforma e construção de escolas, mais os R\$ 100 e tantos milhões na aquisição de equipamentos e infraestrutura, eles são investimentos necessários e estão dentro desse total, os investimentos nas escolas, mas eles não geram essa receita. Elas geram o quê? Uma qualificação profissional, geram dignidade, entregam a oportunidade de o cidadão mudar o seu futuro. Do ponto de vista social, eles são imprescindíveis, mas eles não têm esse efeito. Porém, as obras de saneamento, infraestrutura, habitação, pelo contrário, têm esse papel. Então, em relação à questão da amortização da dívida, essa rubrica, especificamente, não é a rubrica de amortização, e a nossa dívida está em um momento crescente. Para 2025, ela continuará crescendo, porque ainda há valores a serem desembolsados que já foram aprovados nas operações de crédito, principalmente do NDB, do Banco dos BRICS, já que o desembolso do BID praticamente se encerrou e Caixa Econômica também a gente tem valores não tão expressivos para desembolso.

Em relação à dívida ativa do município, nós adotamos, ao longo dos últimos anos, todo um programa de modernização, tanto na Fazenda quanto na Procuradoria, que acelerou as cobranças administrativas e as execuções fiscais do município. Nós temos atuado fortemente e temos alcançado retorno bastante significativo. O crescimento da receita, da dívida ativa esse ano, em relação a 2023, e esse crescimento tem sido constante ao longo dos anos, ele é da ordem de quase 60%. Temos feito cobranças e temos focado nos grandes devedores. Especificamente, em relação à Deso, não obtivemos sucesso. A Deso alegou e conseguiu, judicialmente, que fosse reconhecida sua imunidade tributária. Então, toda a dívida tributária da Deso com o município de Aracaju está sendo cancelada, ela foi desconstituída por decisão judicial transitada em julgado. Em relação às empresas de ônibus, empresas privadas, nós temos discussões, essas empresas embargam, elas não têm... Os bens dessas empresas, muitas vezes, já estão penhorados em ações trabalhistas e, na ordem de preferência, você tem primeiro os trabalhadores, depois, a União, em seguida, o Estado, por fim, é o município. O município acaba ficando no final da fila em relação a essas empresas e acaba não conseguindo recuperar. E, aqui, a gente tem uma situação bastante preocupante e de extremo risco em relação à dívida ativa, que é uma decisão do Conselho Nacional de Justiça, do CNJ, que todas as dívidas abaixo de R\$ 10 mil, se não tiverem movimentação processual que indique sucesso na cobrança, em prazo inferior a um ano, elas também deverão ser canceladas. Então, isso será realmente bastante relevante do ponto de vista do retorno. Em relação à licitação do transporte, desse componente em relação à dívida, ela é extremamente benéfica, porque, a partir da licitação, a partir do contrato, as empresas que estiveram operando o sistema não poderão estar na situação das empresas de hoje, que não têm contrato, e aí, por conta disso, tem uma facilidade, digamos assim, operar para o município devendo ao próprio município. Logo, as empresas que operarem o sistema, a partir da efetivação do contrato assinado e da licitação efetuada, deverão manter a regularidade fiscal junto ao município. E a gente espera que essa licitação, efetivamente, consolide-se, que seja colocada em prática e essa situação se resolva. Em relação à questão da aplicação dos índices de saúde e educação, nós aplicamos todos os índices de saúde e educação. Em 2020 e 2021, por força da pandemia, a educação deixou de ter aplicação. Veio uma emenda constitucional que especificou que em 2022 e 2023 nós deveríamos aplicar e nós aplicamos, na educação, em 2022 e 2023, índices, cumprimos os requisitos e recompomos. Foram índices, acho que de 27, 28%, ou 28 e 27%, recompondo os valores que deixaram de ser

aplicados em 2020 e 2021. É, eu não me recordo dos índices, mas... Não faltou nada, vereador, isso daí é... Não, veja, o Tribunal de Contas faz apontamentos e a gente discute, a gente discorda e comprova. A gente tem isso todo ano nas prestações de contas e nunca tivemos uma conta reprovada e não será diferente em relação a isso. Eu tenho certeza e, inclusive, digo que a decisão corajosa, política, de não aplicar nos anos de 2020 e 2021, como muitos municípios fizeram, gastando dinheiro de forma inadequada, não estou falando ilegal, mas tomando decisão de alocar recurso que não trouxe o benefício para a educação, foi o que permitiu, realmente, que a gente tivesse esse programa de modernização, que a gente plantasse sementes para ter o resultado fantástico que a gente vai ter no desenvolvimento dos nossos alunos. A gente está dando uma oportunidade para as nossas crianças, que ninguém que veio antes deles teve. Os irmãos mais velhos, os pais, os avós. Nós estamos colocando a nossa educação em um patamar, não só do ponto de vista de infraestrutura e desenvolvimento tecnológico, mas também de qualificação dos professores, de envolvimento da nossa rede e de absorção dessa nova tecnologia, desses novos conhecimentos e também da transmissão e de uma interação com os nossos alunos, que eu vejo, sinceramente, como um sonho realizado. Eu vejo uma oportunidade que Aracaju tem de dar um salto e eu confio muito na nossa rede. Eu confio muito nessa rede, que abraçou esse projeto, que se empolgou e que, independentemente de posicionamento político ou ideológico, está apresentando os resultados, porque a gente só faz as coisas com gente. Não adianta a gente ter escolas bonitas, a gente fez aí, sei lá, 18 escolas, investimos R\$ 100 milhões, compramos equipamentos de primeiro mundo, temos salas para pessoas neurodivergentes, temos escolas adequadas, as creches, um brinco, mas não adianta nada disso, se a gente não tiver gente envolvida, disposta a entregar o resultado. E é essa grande oportunidade que eu vejo agora. É esse grande salto que eu vejo que a gente pode dar para o futuro. Em relação à aplicação dos índices, agora, no ano de 2024, por exemplo, a gente está projetando próximo a 26%. A gente já está, até o mês de outubro, com 24 pontos alguma coisa, até porque a aplicação é anual, ela não é mês a mês, e a gente tem um conjunto de despesas que são concentradas no último mês. Mas faltamos ainda fazer algumas entregas importantes, do ponto de vista de obras, e esses recursos das obras já estão assegurados, da entrega de equipamentos ainda, de *notebooks*. Por exemplo, o secretário Ricardo, eu não sei se ele já entregou, sinceramente não sei dizer, mas a gente está entregando às escolas carrinhos para carregamento de notebook. Imagina o menino ter um notebook na sala de aula e ele não ter uma tomada para carregar ou então você



ter de colocar 20 tomadas em uma sala de aula. Então, equipamentos que a gente encontra no nosso Caju Hub, que é Hub de inovação, eles estão sendo entregues, são carrinhos cofres onde você coloca o notebook, ele fica carregando e você resolve o problema que pode parecer banal, mas é a disponibilidade da ferramenta, em tempo integral, para o aluno utilizar. Portanto, é um conjunto de investimentos. E nós, o Prefeito Edvaldo Nogueira sempre teve compromisso com a aplicação desses recursos na educação e nós entregaremos também, em 2024, percentuais superiores aos 25% previstos constitucionalmente. Então, basicamente, eu acho que eu explorei todos os tópicos.

### **PRESIDENTE EM EXERCÍCIO BRENO GARIBALDE – REDE**

Vereador Sargento Byron.

### **SARGENTO BYRON – MDB – INTERPELANDO**

Bom dia, senhor presidente, Vereador Breno Garibalde. Bom dia, secretário Jeferson Passos. Uma das perguntas que eu vou fazer para Vossa Excelência, a primeira delas a gente teve aqui, o senhor trouxe um panorama muito explicativo acerca das receitas do município e como têm sido aplicados os recursos. O senhor falou também da questão de como pegou a prefeitura no exercício anterior a 2017, da gestão anterior. Eu queria, a primeira pergunta que eu faço ao senhor é quanto de déficit o senhor pegou, o senhor falou dos contratos que ficaram em atraso e tal, mas, em caixa, quanto de déficit o senhor pegou, se pegou negativo ou com algum recurso e quanto vai deixar para a próxima gestão, se há saldo positivo para deixar para aplicação. A gente sabe que muito do orçamento é gasto com a receita pessoal, gasto pessoal, com o funcionalismo, seja ele concursado ou comissionado. Há capacidade de contratação, porque a gente viu, ao longo dos anos, a necessidade de realização de concursos públicos para substituir até aqueles servidores que iam para aposentadoria, então, se há essa possibilidade, essa previsão, diante desse momento de aposentadorias dos servidores, realização de concurso nos próximos anos. Eu falo porque isso eu sei que é discricionário do próximo gestor, mas, se há a necessidade dessa substituição desses servidores. E outro ponto é, eu sei que talvez o senhor não consiga responder, mas, ontem, e nos últimos dias, nós temos visto a questão dos investimentos que foram feitos mediante os empréstimos, esses que estão sendo realizados, várias obras na cidade, mas, com essa decisão da Justiça Federal, com relação à ocupação territorial do que se refere a Aracaju e a São Cristóvão, que boa parte desses investimentos são direcionados para essa zona, como

vai se dar esse evento agora com essa decisão? Porque eu sei que, sendo Aracaju, os recursos têm repasse, em virtude da garantia que o município tem, de pagamento desses recursos. Sendo São Cristóvão, como seria? Como serão essas tratativas com os bancos internacionais dos BRICS? Então, é só para complementar.

### **JEFERSON PASSOS – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA**

Bom, Vereador Byron, vamos lá. Vamos começar sobre a questão financeira. Em 2017, nós recebemos a prefeitura com R\$ 540 milhões em dívidas, que nós levantamos ali, dívidas de curto prazo, dívidas que já estavam vencidas, não foram as dívidas de empréstimos e financiamento não, aquilo que ainda iria vencer não. Ali eu tinha R\$ 540 milhões, devendo a servidor, algo em torno de R\$ 100 milhões, fornecedores, algo em torno de R\$ 300 milhões; tributos e contribuições, eu tinha mais de R\$ 100 milhões também. Então, assim, essas, e nem sempre a gente podia, a gente teve condição de identificar isso de pronto. Porque a gente, além de ter a dívida, também não tinha, naquele momento, informações sistematizadas e confiáveis. Nós vamos entregar uma prefeitura sem déficit, quem receber, a gestão que vai chegar, vai chegar com recursos em caixa para tocar todo o programa de investimentos. Hoje, nossa disponibilidade financeira está girando em torno de R\$ 480 milhões. Uma parte desse recurso tem vinculação. Então, quando eu falo, por exemplo, do empréstimo do BID, eu tenho, sei lá, R\$ 50 milhões depositados em conta já, lá na Seplog, já está lá. Quando eu falo da Secretaria de Infraestrutura, ficou lá. Quando eu falo da Seminfra, que é do NDB, eu acho que eu já tenho depositado R\$ 60 milhões e, contratado para liberar, mais de R\$ 200 milhões, em 2025. Porque esses contratos não preveem a liberação total do valor em parcela única. Eles preveem a liberação, normalmente, em parcelas semestrais. A gente solicita o recurso em função do ritmo anterior da execução da obra. Ou seja, se minha obra está andando bem e eu estou gastando dinheiro, eu chego lá para o banco e digo assim: levante-me, converta tantos dólares em reais. É o que a gente chama de internalizar. A gente internaliza o recurso. Então, a gente vai ter recursos depositados, referentes às operações de crédito, referentes, por exemplo, a obra da Orla da Coroa do Meio, recurso de emenda parlamentar que já foi liberado. Então, a primeira etapa da obra já tem os recursos liberados. A segunda etapa é no processo de você concluindo a primeira etapa, você vai demandar o empenho da segunda etapa. Daí entra no ritmo normal da execução. O que é importante é que a gente vai ter recursos e o maior volume realmente é do programa de investimentos, mas a gente vai ter recursos na área da

cultura ainda, das leis de incentivo que não foram integralmente executados, a gente vai ter alguma coisa da área de turismo. Então, assim, a gente não trabalhou em uma gestão pensando que era uma gestão que termina no dia 31 de dezembro e tem de estar tudo concluído no dia 31 de dezembro. A gente pensou em uma gestão, olhando a cidade como um organismo vivo, como um organismo que, e isso não para, e olhando a administração de um jeito impessoal. Então, esses recursos vão estar lá contratados, disponíveis para se dar continuidade ao programa de investimentos, ou não. A decisão passa a ser uma decisão da próxima gestão, que vai entender se dá continuidade ao programa de investimentos. E já vou aproveitar e já falar, pulando a ordem aqui, falar da Zona de Expansão. Por exemplo, esse contrato foi firmado pelo Município de Aracaju com o NDB, com o Banco dos BRICS. Ele está juridicamente perfeito, ele está em implementação. O Município de Aracaju teve capacidade de contratar, o município de São Cristóvão não teria capacidade de contratar um volume de recursos. Não é nem porque tenha irregularidade não, é porque você não tem capacidade, dentro das regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, de acessar um volume desse tamanho. A decisão judicial, e aí isso é uma coisa interessante, a gente vem litigando nesse tema desde a primeira vez que o Prefeito Edvaldo Nogueira assumiu em 2007. A origem dessa disputa não é disputa territorial entre Aracaju e São Cristóvão, foi um contribuinte que, tendo o registro do seu imóvel sido feito no Município de São Cristóvão, no Cartório de Rivanda, alegou em embargo da declaração, em embargo à execução, que ali era São Cristóvão, não era Aracaju. E foi buscar uma lei que desse respaldo à tese, que era uma discussão tributária. Isso evoluiu. Então, assim, São Cristóvão não entrou contra Aracaju. É óbvio que depois, com o passar do tempo, São Cristóvão, por outro interesse, que era conseguir acesso ao mar para ter acesso à partilha de royalties da plataforma continental, buscou nessa discussão e foi exitoso em outro interesse. Bom, qual é o fato? A decisão judicial não transfere nenhum centímetro de Aracaju para São Cristóvão. Ela manda o IBGE fazer a demarcação. E São Cristóvão pegou no seu plano diretor, traçou uma linha e disse assim: “Isso daqui é meu”. Esse dispositivo do plano diretor de São Cristóvão, inclusive, a gente tem decisão judicial, aí o município, é inconstitucional, e tem decisão judicial, em ação movida pelo município de Aracaju, suspendendo a eficácia dele. O que a decisão judicial atual disse? “IBGE, cumpra o seu papel, vá lá e diga qual é o marco, qual é a linha.” Bom. Efeitos práticos, nesse momento, nenhum. Eu acho que a política, e aí o papel dessa Casa pode ser extremamente relevante, é quem pode dar o tom da solução definitiva. A gente já teve diversos exemplos Brasil a fora. O

Oeste da Bahia, Luiz Eduardo Magalhães é um deles. A gente tem um vácuo legislativo, no Congresso Nacional, em relação à regulamentação da realização de plebiscitos para resolver esse tema, mas eu acho que a Câmara tem como pressionar a assembleia, tem como pressionar os nossos deputados, os nossos congressistas, para a gente conseguir, como já algumas cidades conseguiram autorização para fazer o plebiscito. Independente da lei, independente da regulamentação. Você precisa, você tem uma situação, a gente tem uma lei estadual aqui que prevê, por exemplo, conciliação. E outros municípios fazendo a conciliação. Então, a gente precisa encontrar, acho que a saída é pela política. Por quê? Primeiro, eu tenho convicção de que o resultado, em havendo uma demarcação diferente da atual, não é aquele que São Cristóvão colocou no seu plano diretor, isso eu já tenho convicção, é bem menor. Mas precisa haver um entendimento técnico. Precisa ter acurácia, cuidado, para que a gente não cometa uma injustiça. Segundo, eu entendo que o volume de investimentos, que está sendo feito naquela região pelo município de Aracaju, e o serviço que o município de Aracaju presta são substancialmente, ou seja, a despesa, o gasto, o quanto se aloca de recursos naquela comunidade é infinitamente maior que a receita gerada pela arrecadação tributária ou pela repartição de FPM em função da população de lá. Eu diria que a relação é de 10 para 1. A despesa é 10 vezes maior que a receita gerada. Então, até do ponto de vista prático, hoje, só a rede de educação não cabe dentro do orçamento do Município de São Cristóvão para a educação. Isso, exato. Então, isso tem de se levar em consideração. E tem de se levar em consideração a vontade popular. Hoje, as obras continuam normalmente, o investimento continua normalmente, e o que a gente espera é que, com o passar do tempo, realmente, consiga ter uma solução, uma decisão definitiva. Em relação à questão das contratações e da realização de concursos, assim, a administração vai... contratações de operações de crédito também, captação de recursos, ela vai encontrar uma prefeitura saneada, cumprindo todos os itens necessários à captação, com capacidade de investimento, endividamento e pagamento. Portanto, o que eu quero dizer é o seguinte, eu tenho lá R\$ 1,1 bilhão, eu posso chegar a R\$ 3,6 bilhões. Mas eu posso contratar isso de imediato? Não, não posso contratar. Eu tenho um limite de desembolso de 16% da receita corrente líquida ao ano, que está dando aí, sei lá, R\$ 400, R\$ 450 milhões ao ano, certo? Então, em quatro anos, eu estou falando aqui de desembolso máximo hoje, em valores de hoje, de R\$ 1,8 bilhão. Sendo que, como eu já tenho operações contratadas, eu tenho de deduzir aquilo que vai ser desembolsado do que já está contratado. Mas não será problema, porque não é só uma questão financeira,

também tem de ter capacidade operacional para executar. Esse volume de investimentos que a gente realizou não seria possível se a gente não tivesse ampliado, substancialmente, a capacidade operacional da Emurb, da Seminfra e da Seplog. Novamente, estruturas específicas para lidar com os programas, engenheiros, arquitetos, equipes técnicas, direito, economia, equipes multidisciplinares, papel da assistência social. A gente não tem problema, são obras extremamente relevantes, que mexem com a vida de muita gente. As pessoas vão lá, reclamam, mas a gente tem as equipes para sentar, conversar, dialogar e equacionar. Portanto, a gestão terá toda a condição de fazer e também de realizar concurso, se entender que deva fazê-lo, em determinadas áreas. Algumas, como sugestão prevista pela atual gestão, que estão em andamento, como da Educação, para o magistério, Procuradoria do município. Nós fizemos para o Fisco também, pode ser que em outras áreas haja necessidade, mas vai ser uma decisão da gestão que chega sobre a forma que ela pretende utilizar a contratação de mão de obra.

#### **PRESIDENTE EM EXERCÍCIO BRENO GARIBALDE – REDE**

Vereador Vinícius Porto.

#### **VINÍCIUS PORTO – PDT – INTERPELANDO**

Senhor presidente, eu queria saudar a todos que estão aqui, em nome do diretor do Detran, Renato Constâncio, que está presente, assistindo essa bela apresentação do nosso secretário da Fazenda, Jeferson Passos. Quero agradecer por todo esse período de 8 anos que nós estamos aqui na Câmara, no mandato do Prefeito Edvaldo; por todas as vezes que ligamos para Vossa Excelência para tirar dúvidas, para pedir orientações. Todas as vezes nós fomos recebidos e muito bem recebidos, tanto pessoalmente, no seu gabinete, como também por telefone. Não poderia deixar de enaltecer essa boa vontade que Vossa Excelência sempre teve, durante esse período, em atender os vereadores de Aracaju. Agradecer pela presença de Vossa Excelência nas audiências públicas, na apresentação dos quadrimestres, sempre atendendo a todos, sempre conversando com todos, sempre respondendo todas as perguntas que foram feitas de forma extremamente didática, de forma extremamente técnica. Vossa Excelência sempre solícito ao nosso trabalho. Quero dizer que próximo ano nós vamos perder e muito com a ausência de Vossa Excelência nessa pasta. Quem perde não somos apenas nós vereadores, mas, principalmente, as pessoas simples da cidade de Aracaju, que vão ter dificuldade de entender isso. A gente tem condições de dizer: olha existiam investimentos de ordem de menos de 1% e nós terminamos o mandato com investimento que Vossa Excelência

aqui apresentou. Grandes investimentos da nossa cidade. Será que nos próximos quatro anos nós poderemos alcançar esses investimentos? É uma grande interrogação. Só daqui a cinco anos é que nós vamos dizer: poxa vida, o que aconteceu durante o mandato? Foi tudo jogado fora? Ou não. Eu torço para que minha cidade continue crescendo, continue se desenvolvendo, para que a gente possa chegar daqui a um ano e dizer: olha, a Prefeita Emília está dando continuidade ao trabalho feito por Jeferson, por Edvaldo e por toda a equipe técnica que está ao seu lado. Quero dizer que Vossa Excelência fala sobre esses assuntos, Vereador Breno, com muita propriedade e fica parecendo que é muito fácil. Fica parecendo que é fácil demais isso aí. E a gente sabe da complexidade disso tudo, da forma como Vossa Excelência recebeu a cidade de Aracaju e da forma que Vossa Excelência está devolvendo ao povo da cidade. Isso é resultado de uma dedicação que Vossa Excelência teve junto a sua equipe. Eu lembro quando Edvaldo dizia: “Vinícius, eu estou recebendo a cidade com salários atrasados, eu estou recebendo a cidade com o 13º atrasado e eu prometo a vocês uma coisa, eu não vou atrasar um dia de salário na minha gestão”. Eu pensava, será que isso vai acontecer mesmo? E, em janeiro, Edvaldo paga certo, em dia, fevereiro, março, abril e, durante esses oito anos que Edvaldo voltou a ser prefeito de Aracaju, todos os meses, o servidor público municipal recebia aquela notícia na rede social, no Instagram, dizendo: “Bom dia, amigos de Aracaju, bom dia, amigas de Aracaju, a partir de amanhã, seu salário estará na conta.” Que notícia maravilhosa. Nós passamos um momento que o estado estava parcelando o salário. Nós passamos um momento em que o município de Aracaju não pagava o 13º, não pagou em dia os salários. Chegam Edvaldo e Jeferson e conseguem arrumar a casa, com tamanhas dificuldades, passando por pandemia, entre outros fatores externos; outras capitais do Brasil não conseguiram fazer com que a máquina continuasse funcionando da forma correta, e nós conseguimos. Momentos difíceis, quando Edvaldo assumiu, chegar a público e dizer: “Olha, este ano nós não vamos realizar o Forró Caju”. Fazendo com que aquelas pessoas que todos os anos esperam essa grande festa... e Edvaldo teve a coragem de dizer, orientado por Jeferson, com certeza, “esse ano a cidade não tem condições de honrar os compromissos com os artistas aracajuano e sergipano, portanto, nós não teremos Forró Caju”. E, nos outros anos, tivemos uma festa retomada, uma festa maravilhosa, como toda a população aracajuana sabe. Portanto, Jeferson, eu só tenho aqui a agradecer. Agradecer em nome do povo aracajuano. Agradecer em nome de 602 mil pessoas da cidade. Muito obrigado por todos os momentos de dificuldades que Vossa Excelência teve naquela pasta, por

todas as angústias, por todas aquelas noites perdidas, pois eu tenho certeza de que Vossa Excelência perdeu diversas noites para que o servidor tivesse o salário em dia, para que a cidade continuasse crescendo, para que os investimentos necessários, para Aracaju se desenvolver, chegassem. Tudo passou pelas suas mãos. Vossa Excelência é um grande professor, é o maestro dessa equipe. Edvaldo é o grande líder, mas, se não tivesse Vossa Excelência ao lado dele, eu tenho certeza de que nós não conseguiríamos esse sucesso que nós conseguimos. Nós devemos e muito a Vossa Excelência. Não sei o que Vossa Excelência será a partir de janeiro, mas eu quero dizer que a cidade de Aracaju deve muito a Vossa Excelência, ao seu trabalho, a sua dedicação e a todo o seu empenho. Parabéns, Jeferson. Muito obrigado, Jeferson, por fazer com que Aracaju tivesse a letra A+. Foi Vossa Excelência que conseguiu isso. E, baseado nisso, Vossa Excelência, hoje, não é referência apenas em Sergipe, é referência no Brasil. Vossa Excelência discute no mesmo nível com qualquer profissional, qualquer cidadão, qualquer técnico da área de finanças do Brasil. Vossa Excelência me representa, Vossa Excelência representa todos nós. Portanto, Jeferson, muito obrigado e parabéns. Aracaju deve muito a Vossa Excelência, o Estado do Sergipe também e o futuro a Deus pertence.

#### **JEFERSON PASSOS – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA**

Bom, Vereador Vinícius Porto, quero também parabenizá-lo pelo trabalho no Legislativo, pela defesa dos interesses do povo de Aracaju, pela atuação aguerrida, comprometida, muito centrada, de Vossa Excelência, em toda essa legislatura e parabenizá-lo também, publicamente, pelo retorno à Casa, no próximo ano. Muito obrigado também pelas palavras elogiosas, tenha certeza, realmente, de que, todo esse período que eu passei no município de Aracaju, a minha atuação foi pautada em buscar resultados, resultados que pudessem mudar a vida das pessoas, principalmente daquelas que mais precisam. Nem sempre as decisões, as atuações que a gente precisa ter e a coragem de implementar são compreendidas por todos e, realmente, não dá para agradar 100%, não tem jeito. As escolhas, muitas vezes, são difíceis, complexas, mas todas as escolhas, todas as decisões, tudo que foi produzido, do ponto de vista da atuação da Secretaria da Fazenda e do conjunto de secretarias do município, junto ao planejamento estratégico, tinha esse propósito. Era o propósito realmente de dar resposta à sociedade e às suas necessidades, dar resposta, principalmente, àqueles que mais necessitam. Eu já me emocionei em diversas ocasiões aqui, no município, e eu conto essa história da inauguração do bairro 17 de Março, da desocupação do Morro do Avião, que foi um

momento emblemático, ainda da primeira gestão do Prefeito Edvaldo Nogueira. Mas, nessa gestão, se eu tivesse que citar um momento em que eu me orgulho, é um momento que também, como na primeira, não tem nada a ver com minha atuação de secretário de Fazenda. Eu me orgulho, eu me emocionei no Morro Avião, porque eu sei a importância da captação dos recursos para a gente viabilizar aquilo que a gente viabilizou, o 17 de Março. Sei da luta para a gente fazer aquilo. E, agora, o que mais me orgulha é ter conseguido participar do conjunto de tomadas de decisões que permitiu fazer o investimento que está sendo feito na educação. Não é a obra da Zona de Expansão, não é a obra da Perimetral Oeste, é a educação, porque, efetivamente, ela transforma a vida das pessoas, irremediavelmente. O menino que estuda hoje, na escola, no município de Aracaju, passa a ter perspectiva, passa a ter expectativa, ele passa a poder sonhar. O que nós estamos fazendo com as nossas crianças é dar a elas o direito ao sonho. E toda a engenharia que foi montada para poder viabilizar, para poder assegurar os recursos para esse programa, eu me orgulho muito de ter contribuído, de ter colocado meu esforço, meu conhecimento, meu tempo, minhas noites, para ter participado. Muitas vezes a gente não consegue transmitir para as pessoas, para o conjunto da sociedade, até mesmo, muitas vezes, para os órgãos de controle, em um primeiro momento, o que é que se espera com aquela atuação. Mas isso nunca me tolheu na minha atuação. Eu sempre tive a disponibilidade e a vontade e sempre busquei, quando surgem dúvidas, sentar com quem está me questionando, com quem está levantando aquela dúvida, inclusive nos órgãos de controle, e me orgulho de ter todos os procedimentos que, ao longo dessa minha vida pública, foram abertos, questionando decisões, arquivados, porque, efetivamente, no devido momento, no devido processo, com direito ao contraditório, com direito à defesa, as dúvidas foram esclarecidas. Mas eu quero ir realmente olhando para frente, para o futuro, o que eu gostaria de ver, realmente, é que essa semente, que foi plantada, agora, na Educação de Aracaju, lá na frente, transforme-se em um conjunto de depoimentos das nossas crianças dizendo: “Olha, aquele notebook mudou minha vida. Aquele notebook permitiu que eu tivesse acesso ao conhecimento, que eu fizesse um curso pela internet.” Eu tenho jovens trabalhando na minha secretaria hoje que chegam com um conhecimento, eles estão matriculados na universidade, são estagiários e tal, não sei o quê. Que eu pergunto, onde é que você... A Universidade Federal de Sergipe, o IFS, a UNIT, estão ensinando isso? Eles dizem: “Não. Eu aprendi isso aqui no *YouTube*, com um vídeo do menino da Índia, de Nova Délhi, que ensina a gente essa linguagem de programação.” E, quando a gente



dá a nossa juventude, a nossa criançada, essa capacidade de eles se moverem, eles conseguem o resultado. Eu conheço o filho de um servidor do município de Aracaju que aos 14 anos dava aula de robótica, ele vendia cursos de robótica na internet. Hoje, ele completou 18, ele já é dono de duas empresas. Ele é cortejado por empresas de fora, que querem contratá-lo para levá-lo. Menor de idade, ele dizia: “Não, meu pai não deixa.” E o pai dizia assim: “Se você quiser ir...” Ele respondia: “Não, meu pai, eu posso trabalhar daqui.” E sabe de onde é que ele está trabalhando? Ele está trabalhando de um sítio, no povoado, agora não sei se é aldeia... Não, é em Pirambu, perto da Lagoa Redonda. Morava aqui, do lado do Santa Maria. Por ali. Filho de Marcos Dias, que todos nós conhecemos aqui, que é uma pessoa fantástica. O menino dele começou com 14 anos, fruto de quê? Aula de robótica que ele teve, interessou-se e, depois, ele se desenvolveu sozinho. Então, quando dou esses dois exemplos, eu fico imaginando o efeito multiplicador dessa iniciativa nas nossas crianças. Claro que eles não têm todas as condições, têm deficiências nas suas relações, na alimentação, tem um conjunto de outras dificuldades, mas é uma semente que a gente planta e que vai germinar em alguns, não será em todos. Alguns vão utilizar aquilo para outro tipo de conhecimento. Mas essa semente é motivo de satisfação e de orgulho de todo esse trabalho de organização das finanças. Eu acho que é uma coisa que a gente fechou com chave de ouro. O presidente em exercício aqui, o Vereador Breno, também obrigado. Agradeço a essa Casa Legislativa por me receber tão bem durante todos esses anos. Eu acho que, mais do que um dever legal, é uma oportunidade, como cidadão, de participar dessa Casa; é uma coisa única, como homem público, vir aqui, ter esse diálogo, ter essa interlocução, ter embates. Embates muito bons que me fizeram crescer pessoalmente, profissionalmente. Então, agradeço também a acolhida da Câmara de Vereadores e me coloco à disposição dos senhores, não só durante a minha permanência, mas também por toda a minha vida e fora do município. Obrigado.

### **PRESIDENTE EM EXERCÍCIO BRENO GARIBALDE – REDE**

Obrigado, Jeferson. Muito importante suas explicações. Hoje, sua última explanação aqui do quadrimestre, mas quero dizer que nessa minha jornada também do Legislativo, primeiro mandato, tivemos muitas divergências políticas, mas de ordem técnica, sempre impressionante a sua coerência, a sua didática, a sua forma de mostrar para a gente os caminhos. A gente chega muito neófito nesses assuntos e você com muita paciência sempre tenta explicar da melhor forma possível. Acho que divergências

políticas sempre existem, mas, na ordem técnica, eu não tenho nada o que falar de você, nada o que falar da sua experiência frente à Secretaria, pelo contrário, orgulha-nos muito ter tido você frente a essa pasta, sempre trazendo as explicações, quando necessário, nesta Casa. Então, muito obrigado, parabéns pelo seu trabalho e continue contando sempre com esta Casa Legislativa, independente dos caminhos que a vida trilha para a gente. Parabéns! Muito obrigado. Está encerrada essa audiência pública.

**[AUDIÊNCIA PÚBLICA ENCERRADA]**

*Revisado por Sílvia Souza Santos Vasconcelos.*